



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas para Infância e Juventude

“ATIVAÇÃO” DAS JUVENTUDES PARA O MERCADO DE TRABALHO: EXPRESSÕES E TENDÊNCIAS DE APRENDIZAGEM E EMPREGABILIDADE DE JOVENS

MARIA APARECIDA MILANEZ CAVALCANTE¹

DANIELA RIBEIRO CASTILHO²

PEDRO LUIZ COSTA FERREIRA JUNIOR³

LARISSA MONTEIRO DOS SANTOS⁴

GABRIEL BAHIA VIEIRA⁵

RESUMO

Analisa as tendências de aprendizagem e empregabilidade das juventudes, a partir da inserção laboral de jovens, com uso de pesquisa documental e dados primários sobre emprego. Infere-se que dentre as tensões sofrida pelos segmentos juvenis a entrada no mercado de trabalho constituiu um divisor social de classe, geração, gênero e étnico/racial, que amplia as fronteiras de desigualdades ao segmento.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas de Trabalho; Aprendizagem; Empregabilidade.

RESUMEN

Analiza las tendencias de aprendizaje y empleabilidad de los jóvenes, a partir de la inserción laboral de los jóvenes, utilizando investigación documental y datos primarios de empleo. Se infiere que entre las tensiones sufridas por los jóvenes, la inserción en el mercado de trabajo es un divisor social de clase, generación, género y origen étnico/racial, que amplía las fronteras de las desigualdades al segmento.

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

⁵ Universidade Federal do Pará

Palabras clave: Juventud; Políticas Laborales; Aprendizaje; Empleabilidad.

1 Introdução

As crises sistêmicas, inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo, na sua forma clássica se expressa, sintomaticamente, pela redução das taxas de lucro e superprodução/superacumulação de capital, sendo essas as características assumidas pela crise dos anos de 1970. As consequências e a reação, nesta e na década seguinte, foram a “[...] redução da produção e do investimento, aliada ao aumento da inflação e do desemprego” (Carcanholo, 2010, p. 3), com o crescimento exponencial da superpopulação relativa e o desemprego de longa duração, estrutural. Isso impôs a aceitação das novas condições de trabalho flexíveis e desregulamentadas, possibilitando a recomposição do processo de reestruturação produtiva.

Para Carcanholo (2010), a resposta para a crise dos anos de 1970 avança na década seguinte e se consolida nos anos 1990, com a hegemonia política e ideológica do neoliberalismo na entrada do século XXI, marcado pela regulação político-econômica e pelo processo de reestruturação produtiva para a recuperação da acumulação de capital: “(i) recuperação da lucratividade dos investimentos; (ii) redução do tempo de rotação do capital; (iii) transferência de recursos da periferia; (iv) expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial” (Carcanholo, 2008, p. 252).

A acumulação flexível, ancorada no processo de mundialização e globalização e na regulação neoliberal, impõe mudanças substantivas ao mundo do trabalho, como: expansão do desemprego; novas relações de trabalho, flexíveis e precarizadas; ampliação das desigualdades sociais e da pobreza, denominada de “nova pobreza”, considerando que, em etapas anteriores, estes trabalhadores estavam incluídos na sociedade salarial e ao perderem seus postos de trabalho, buscam ocupações ocasionais e informais para sobreviver.

Essa nova morfologia do trabalho precarizado, seja nas indústrias, seja no comércio ou no setor de serviços, submete os trabalhadores a situações de superexploração e à ampliação da pobreza, seja relativa ou absoluta, e os leva a não conseguirem meios de prover sua subsistência e a de suas famílias. São as novas expressões da questão social, com substrato na relação capital/trabalho, mas agora com menor poder de oposição de massa pelos que vivem da venda de sua força de trabalho.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A força de trabalho como componente de capital variável para o processo de acumulação capitalista tem materialidade e singularidade na forma de exploração do ser de diferentes segmentos sociais atravessados pela posição de relação de dominação que ocupam, sendo os segmentos juvenis, frações de classe trabalhadora atravessadas pela desigualdade social, pelas formas de racismo e sexismo que constituem opressões, exploração e aniquilamentos na divisão social, sexual e racial do trabalho. Para Cavalcante e Teixeira (2023, p.6):

A juventude marcada pela pobreza, com baixa renda per capita familiar, baixa escolaridade e pouco acesso às políticas públicas tanto é pressionada para ingressar prematuramente no mercado de trabalho, como exerce pressões sobre si própria por não conseguir entrar no mercado de trabalho diante da baixa escolaridade. (Cavalcante; Teixeira, 2023, p.6)

Assim, analisar as tendências de ativação do trabalho para as juventudes, exige também diferenciar as situações juvenis nas condições de aprendizagem e empregabilidade e a configuração das políticas públicas direcionadas ao segmento social, ou seja, implica compreender como a condição juvenil é vivida, na perspectiva de classe social, do gênero, da raça, da etnia, do território, dentre outros, não no sentido da fragmentação do sujeito, mas na constituição da diversidade e desigualdades que constituem as juventudes no plural (Abramo, 2005).

Este artigo é resultado de pesquisa, em andamento, com participação e fomento de programa de iniciação científica, e elaborado a partir de revisão intencional de literatura; análise documental e dados primários e secundários sobre emprego das juventudes, especialmente com foco em programa de aprendizagem e empregabilidade. Encontra-se organizado nas seguintes seções: (1) esta introdução; (2) apresentação das expressões e condições de vida e trabalho das juventudes na realidade brasileira contemporânea; (3) Tendências de ativação das juventudes para o mercado de trabalho; (4) Considerações finais.

2. Expressão das condições de vida e trabalho das juventudes na realidade brasileira contemporânea

Segundo dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2022, a população brasileira jovem, na idade entre 15 e 29 anos, correspondia a 22,3% da população total, sendo aproximadamente 45,3 milhões de jovens,

demonstrando que o fenômeno do bônus demográfico da população jovem tem decrescido no Brasil.

Ao compararmos os dados do censo demográfico do IBGE de 2010, em que a população jovem correspondia a aproximadamente 51,3 milhões, 26,9% da população total, observa-se uma redução de 4,6% deste contingente específico, em termos demográficos, do ano de 2010 para o ano de 2022. Entretanto, a projeção deste decréscimo já havia sido sinalizada pelo IBGE, em 2018, no qual estimava-se o total de 44,9 milhões de jovens no ano de 2030 e de 37 milhões no ano de 2060, demonstrando que essa taxa populacional etária tenderia a decrescer, com indicativos de ampliação da população idosa.

No entanto, essa redução não será uniforme entre as classes sociais e grupos sociais, devido a uma maior incidência de mortes em certos grupos, mortes violentas e condições de vida precárias em geral. Os jovens que enfrentam a pobreza, com baixos níveis de renda familiar per capita, baixa educação e acesso limitado às políticas públicas, sofrem pressão para entrar precocemente no mercado de trabalho diante de contexto marcado pela expressiva taxa de desemprego, com 8,6 milhões de desempregados ou 7,9% da população nesta condição, conforme o levantamento do IBGE (2024)⁶.

Quando conseguem emprego, são muitas vezes explorados e sujeitos a condições precárias de trabalho, marcadas pela informalidade e pela instabilidade. Assim, as juventudes compreendidas, socialmente, como uma fase da vida, que separa a preparação e formação para a vida adulta, tem-se o divisor de classe que imputa aos segmentos juvenis da classe trabalhadora a expectativa de inserção no mundo do trabalho, para a composição variável do capital. Esta concepção possui uma ideologia dominante que reproduz a ideia de legitimação social do ser jovem para ser adulto com os atributos de responsabilidade, e o seu oposto seria a concepção propagada de forma acrítica acerca da “juventude nem-nem”. Assim, no âmbito da reprodução social, as juventudes da classe trabalhadora, são tensionadas pelas pressões exercidas através dos discursos e normatividades próprias da sociedade burguesa, e que ocupam o lugar de explorados/as e da subalternidade.

Os segmentos juvenis têm sido, pois, intensamente impactados pelas crises cíclicas do capital, expressas no crescimento da taxa exponencial do desemprego, em relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2022, “*Global Employment for Youth 2022*”

⁶ O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego (IBGE, 2024).

(Tendências globais de emprego para jovens em 2022), constata que o número total de jovens desempregados(as) em todo o mundo pode chegar a 73 milhões em 2022 (OIT, 2022).

No Brasil, dados recentes revelam que os jovens representam mais de um terço do total de desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral do IBGE (PNADC-T), no 1º trimestre deste ano de 2024, o Brasil registrou aproximadamente 8,6 milhões de desempregados, dos quais 36,6% são jovens entre 14 e 24 anos. Portanto, os jovens continuam tendo uma representatividade alta entre os desempregados e seguem sendo prejudicados pelas mudanças nos padrões do mercado de trabalho e pelo aniquilamento político empreendido pelas políticas neoliberais e conservadoras às conquistas trabalhistas.

No último relatório divulgado pelo Atlas da Juventude de 2021, no qual apresenta a situação dos jovens no Brasil, entre 15 e 29 anos, com base nos dados da PNAD, demonstra que 35,58% trabalhavam e não estudavam, 28,13% estudavam e não trabalhavam, 22,06% não estudavam e não trabalhavam e 14,23% estudavam e trabalhavam. Isto posto, infere-se que muitos jovens precisam optar pelo trabalho, como apontam as estatísticas do relatório, em detrimento da continuação da escolarização, demonstrando que “para alguns existe a possibilidade de investir nos estudos e adiar o ingresso ao mercado de trabalho; para outros, deixar o estudo é o foco principal de vida” (Dornelles; Panozzo; Reis, 2016, p.86). Contudo, a trajetória das juventudes é atravessada e condicionada pelas necessidades sociais e de renda dos jovens e de suas famílias, demarcando a situação de classe social, indispensável para análises das biografias juvenis.

3 Tendências de ativação das juventudes para o mercado de trabalho

A tendências de ativação do mercado de trabalho, configuram-se como respostas do Estado ao desemprego estrutural desde a crise de 1970, e que tem apresentado estratégias articuladas aos interesses do mercado, portanto, conciliatórias aos interesses das políticas econômicas e sociais neoliberais defendida pelas classes dominantes.

A estrutura de desemprego pode ser demarcada por situações múltiplas que atingem de diferentes formas e temporalidades a classe dominada. O desemprego, enquanto taxa e indicadores fenomênicos, representa uma noção geral e estrutural da crise capitalista e da formação da superpopulação relativa. Como expressão na vida social, aparece na estruturação da classe social como aqueles não irão sair da condição de desemprego ou terão inserção na precariedade do trabalho. Isso tem expressão significava nas juventudes, pois o desemprego não



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se trata apenas de ausência de qualificação, além das particularidades relativas à divisão social e racial no mercado de trabalho, em intensas mudanças, mas da institucionalização da precarização, do fechamento de postos de trabalho, da automatização e da informalidade como ocupação. Há o desemprego estrutural, de longa duração ou temporário, protegido ou desprotegido, com a diminuição de contratos formais e a ampliação de contratos flexíveis e informais.

Com o neoliberalismo e o neoconservadorismo expandem-se as tendências de respostas ao desemprego estrutural com fundamento na ideologia do individualismo e da competição, sob a lógica da meritocracia, que mascara e reproduz desigualdades sociais.

A ênfase persistente em criar uma meritocracia justa, na qual posições sociais reflitam esforço e talento, tem efeito corrosivo no modo como interpretamos nosso sucesso (ou a falta dele). A noção de que o sistema recompensa o talento e o empenho incentiva vencedores a considerar seu sucesso como resultado de suas próprias ações, uma medida da sua virtude – e a desprezar pessoas menos afortunadas do que eles. A crença meritocrática adiciona insulto ao dano. A noção de que seu destino está em suas mãos, de que ‘você consegue se tentar’, é uma faca de dois gumes: por um lado, é inspiradora; por outro, é odiosa. Ela felicita vencedores, mas rebaixa perdedores, até mesmo do ponto de vista das próprias pessoas. Para quem não consegue encontrar emprego ou ganhar dinheiro para se sustentar, é difícil fugir do pensamento desmoralizante de que seu fracasso é resultado de suas próprias ações, de que simplesmente não tem ela para o sucesso. (Sandel, 2020, p. 38-39).

Essa difusão de uma nova subjetividade, de práticas sociais ancoradas na meritocracia, está agora a olhos nus manifestando-se nas diferentes formas, espaços e linguagens: do “*coaching*”, no empreendedorismo, na gestão de pessoas, no capital humano etc. Depende de uma série de medidas e contrarreformas neoliberais que privatizam, mercantilizam e obrigam os sujeitos a cuidar de si mesmos, a se autorregular e aceitar as regras do mercado como regra de vida; da gestão do risco social que devem assumir e administrar, difundindo o *ethos* individualista.

O período de expansão do capitalismo nos “30 anos gloriosos” possibilitou uma política de pleno emprego em alguns países europeus, especialmente no Norte da Europa, incentivada pela inserção nos serviços públicos e acesso à renda mínima de cidadania. Com a crise capitalista, o desemprego crescente e as saídas neoliberais, muitos países adotaram uma nova tendência na política social, como a política de “ativação” para o trabalho, em que os benefícios aos desempregados exigiam uma contraprestação, “fosse ela vinculada à necessidade de o indivíduo se matricular em cursos de reciclagem profissional, fosse ela vinculada à aceitação de um trabalho que, no limite, poderia estar abaixo da sua qualificação” (Britto, 2008, p. 13).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Frações da classe trabalhadora que estão desempregadas e em trabalhos precários tem sido alvo de um conjunto de políticas chamadas de “ativação” para o mercado de trabalho, que operam combinadas ou isoladamente, nos países centrais e dependentes.

Trata-se de cursos de qualificação profissional, projetos de geração de emprego e renda, economia solidária, estímulos ao empreendedorismo e ao crédito, programas de transferência de renda, criação do primeiro emprego, estímulo à criação de emprego de jovens, subvenções a empregos (Teixeira; Neves, 2018, p. 134).

Behring (2011) ressalta que a política social possui uma relação com as opções políticas, econômicas e sociais de cada governo, e que a capacidade de cobertura de um padrão de proteção social é diretamente proporcional à condição de posição econômica mundial (capitalismo central ou periférico).

Em termos de modelo de proteção social vivenciado pelos países de capitalismo avançado, infere-se que ocorreu após a crise do modelo fordista-keynesiano o deslocamento do modelo de *welfare* para o modelo de *workfare*. As tendências de políticas de “ativação” para o mercado de trabalho estão implicadas na lógica de reprodução do sistema capitalista em seu estágio avançado, e se tornam diretrizes para políticas governamentais de países de capitalismo dependente, sob a orientação de organismos gestores dos processos de crise, a exemplo da Convenção 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As políticas de ativação das juventudes para o mercado de trabalho, no Brasil, não são recentes, e tem como destaque o Programa de Aprendizagem, regulado pela Lei Nº10.097/2000 e pelo Decreto Nº5.598 de 01/12/2005. O contrato de aprendizagem, exigido pela lei, consiste em um contrato de trabalho de natureza especial, ajustado por escrito e prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar, aos aprendizes de 14 a 24 anos de idade, inscritos em programas de aprendizagem, formação técnico profissional-metódica. Devem ser devidamente registrados na CTPS pelo empregador ou pela entidade de ensino, com matrícula escolar e frequência do aprendiz à escola.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em março de 2024 havia, no Brasil, 602.671 jovens aprendizes com vínculos ativos. Deste total, 316.219 são do sexo feminino, representando 52,47%, e 286.451 do sexo masculino, representando 47,53%. Com relação a faixa etária, 62,34% possuem até 17 anos de idade e 37,20% possuem entre 18 e 24 anos. Quanto ao nível de instrução, os dados revelam que 50,44% possuem o ensino médio incompleto e 38,76% apenas, possuem o ensino médio completo. Neste sentido, infere-se que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

esta política de aprendizagem e empregabilidade institui a dimensão técnica aos processos formativos genéricos em tempo de formação de ensino regular médio, em maioria, e direcionado aos estratos sociais com baixos rendimentos familiares. Ou seja, promove a divisão social na educação, entre os que não conseguem concluir o ensino médio e os que ao concluírem serão inscritos em novos processos de divisão/seleção para o acesso ao ensino superior.

No Brasil, conforme PNAD Contínua Anual, em 2023, o número médio de anos de estudo entre jovens de 15 a 17 anos foi de 9,4 anos, e na faixa-etária de 18 a 29 anos foi de 11,6 anos de estudo. Essa taxa média de estudo, demonstra que a população jovem brasileira não possui a moratória social necessária para a formação e qualificação. Quando se observa os dados com recorte de raça/cor, identifica-se que o número médio de estudos é menor entre as juventudes negras (preta ou parda), sendo que jovens negros/as de 15 a 17 anos têm em média 9,1 anos de estudos, enquanto jovens brancos/as têm 9,4 anos de estudos.

Quando se amplia a faixa-etária, ainda no que comporta este segmento conforme o Estatuto da Juventude – jovens a população entre 15 e 29 anos de idade –, a diferença se amplia, sendo que jovens negros/as de 18 a 29 anos de idade estudam em média 11,3 anos, os/as jovens brancos/as possuem, em média, 12,1 anos de estudos. Essas fronteiras demonstram que não somente as juventudes enquanto segmento de classe em posição de desigualdade social estão reféns de um mercado de trabalho competitivo, seletivo, individualizado, mas também, ao articular a as relações étnico-raciais com a classe, a expressividade de desigualdade se amplia e promove a reprodução social capitalista dependente e racista estruturalmente.

A seguir apresenta-se dados sobre as características de ocupação de jovens, a partir das ativações para o mercado de trabalho, particularmente na condição de jovens aprendizes, que em análise do singular-particular-universal ajudam a desvelar as tendências e expressões da inserção de jovens no mercado de trabalho. O gráfico 1, apresenta os 15 postos de trabalho que mais concentram o número de aprendizes em 2024, e que quanto à escolaridade, não possuem ensino médio.

Gráfico 1: Número de jovens aprendizes por ocupação em 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2024)

Diante do gráfico, é possível analisar que apesar da notória maioria dos/das jovens estarem inseridos em ocupações que sugerem tarefas administrativas em detrimento de trabalhos que exigem maior dispêndio de energia, com exigências braçais, pouco possibilitam em termos de ascensão profissional ou continuação de itinerário profissional. Isso, também expresso pela descontinuidade da inserção, ao tempo que o contrato de aprendizagem possui prazo determinado de no máximo 2 (dois) anos, não garantindo a permanência na empresa, sob contratação efetiva. Na inserção em atividades que exigem força física e atividades do comércio, demonstra que a aprendizagem e a empregabilidade, em sentido de qualificação e remuneração pouco produzem mobilidade social para as juventudes.

Como expressão contraditória, na relação capital e força de trabalho, destas políticas públicas de emprego para as juventudes, observa-se que a modalidade de aprendizagem reduz os custos de produção para as empresas, na medida em que podem contratar um/a trabalhador/a com menor custo salarial e de forma temporária, flexibilizando as relações trabalhistas, e normatizando a força de trabalho juvenil como mão de obra barata. Portanto, apesar dos/as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

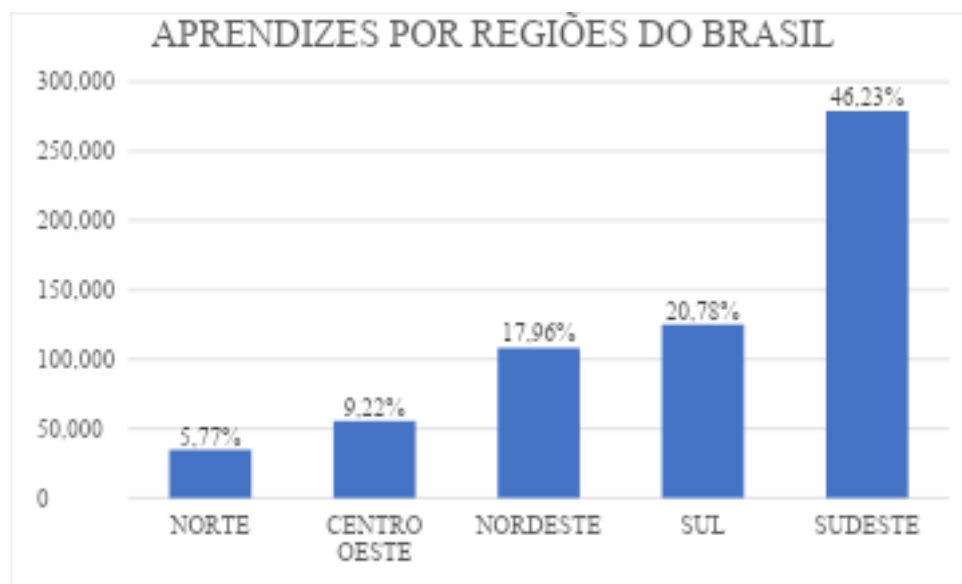
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

jovens alcançarem a inserção no mercado de trabalho, em contrapartida, representam ocupações precárias e com pouca estabilidade.

Também se observa que o rendimento mensal médio da população jovem ocupada, efetivamente em todos os trabalhos, é menor que a o rendimento geral no país, conforme dados do IBGE (2023a), sendo que enquanto o rendimento geral é de 3.092 reais, o da população jovem de 16 a 17 anos é de 818 reais, reduzindo essa diferença, quando encontra-se na faixa etária entre 18 a 29 anos, em que o rendimento chega a 2.127 reais, mas ainda, inferior ao rendimento geral nacional.

Ademais, no tocante à distribuição de aprendizes por região, é notório a desigualdade regional que atravessa a realidade brasileira. Os dados apontam para uma maior concentração de aprendizes nas Regiões Sudeste e Sul, com 46,23% e 20,78% respectivamente, somando 67,01% de jovens em programas de aprendizagem no Brasil, ao tempo que as Regiões Nordeste (17,96%), Centro Oeste (9,22%) e Norte (5,77%) apenas, como expressos no gráfico a seguir, numérico e percentualmente.

Gráfico 2: Aprendizes por Regiões do Brasil em 2024.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2024)

A partir do gráfico acima exposto, com maior concentração de aprendizes na Região Sudeste, infere-se que esta desigualdade regional está intrinsecamente relacionada à concentração de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

indústrias nos estados da região, por exemplo, o estado de São Paulo, no ano de 2022, possuía 56.267 unidades industriais, conforme a Classificação Nacional de Atividade Econômicas, registrada na Pesquisa Industrial Anual, do IBGE (2022), enquanto o estado do Pará na região norte do país registrou 2.024 unidades industriais.

As juventudes também são pensadas pelas relações de classe, gênero e geração, que ao observar o imbricamento sexo e jovens em aprendizagem, observa-se que no ano de 2023, conforme apresenta a tabela 1 abaixo, as jovens tiveram maior inserção em programas de aprendizagem, com 4,94% a mais que os jovens.

Tabela 1: Vínculos ativos de aprendizes por sexo em 2023.

APRENDIZES POR SEXO		
Sexo Trabalhador	Vínculos Ativos	%
Masculino	286.451	47,53%
Feminino	316.219	52,47%
Total	602.671	100,00%

Fonte: Novo CAGED (jan/2023 a dez/2023). Ministério do Trabalho e Emprego.

Esses dados estão alinhados a mesma tendência quanto a taxa de escolarização de jovens entre 15 a 17 anos, homens (91,8%) e mulheres (92%) – e de jovens entre 18 a 24 anos, sendo homens (27,7%) e mulheres (33,4%), conforme dados da PNADCA/2º trimestre de 2023. Observa-se uma tendência de inserção das jovens em maior quantidade que dos jovens, no entanto, necessita-se de dados que melhor qualifiquem a inserção por natureza de trabalho, o que melhor qualificaria compreender as relações estruturais de desigualdade de gênero. Como referência, tem-se a desigualdade de rendimento médio entre homens e mulheres, expressos em dados da PNAD do IBGE (2023b), em que o rendimento médio dos homens de 3.392 reais e das mulheres apenas 2.688 reais, ou seja, com rendimento de 704 reais inferior ao rendimento de homens.

Outra tendência da precarização da inserção de jovens no mundo do trabalho é a alta rotatividade, expressa no próprio vínculo temporário dos programas de aprendizagens, o que não garante a permanência no mercado de trabalho. Dados levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, revelam que em 2023 os jovens em aprendizagem, na faixa etária de 18 a 29 anos tiveram 80.511 admissões, no entanto, 91.443 jovens foram desligados do programa, representando um saldo negativo de -10.932 jovens em aprendizagem, o que caracteriza a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diminuição de inserção no mercado de trabalho, da qualificação profissional e de políticas públicas de emprego para as juventudes, conforme se observa na tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Rotatividade de jovens aprendizes em 2023.

ROTATIVIDADE DE APRENDIZES DE JAN/DEZ DE 2023			
Faixa Etária	Admitidos	Desligados	Saldo
Até 17 anos	98.423	40.723	57.700
18 a 24 anos	80.511	91.443	-10.932
25 a 29 anos	96	139	-43

Fonte: Novo CAGED (jan/2023 a dez/2023). Ministério do Trabalho e Emprego.

Neste sentido, esta tendência de provisoriedade/rotatividade de inserção de jovens no mercado de trabalho, demonstra que os impactos da crise para o mercado de trabalho brasileiro passaram a ser explicitados como uma constância estrutural e intensificação com a adoção do receituário neoliberal em três frentes, conforme Pochmann (2009): desemprego, ocupação precária e rotatividade. Estes elementos, provocam precarização da vida e do trabalho, e em longo prazo, a ampliação de um contingente de população adoecida e em fase de envelhecimento sem proteção social e previdenciária alguma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo sobre as tendências de ativação das juventudes para o mercado de trabalho infere-se que dentre as tensões sofrida pelos segmentos juvenis, das classes populares, é a entrada no mercado de trabalho um divisor social, geracional de gênero e racial, que amplia fronteiras de desigualdades para as juventudes, sendo, muitas vezes, os projetos educacionais formais postergados para o futuro, ou mesmo, inconclusos. Outra expressão que incide sobre a tendência de inserção é produto das desigualdades regionais na educação e trabalho com consequências de fragmentação e desigualdade entre as juventudes do norte e nordeste do país.

Com baixa qualificação profissional essa juventude não é incorporada pelo mercado competitivo, ou quando ocorre inserção, geralmente são em empregos parciais, temporários, informais, precarizados e aviltantes. Essa tensão é resultante dos processos de reestruturação produtiva do capital, em que os modelos de produção exigem maior flexibilização na organização do trabalho – maior nível de técnica e especialização – e a redução dos direitos trabalhistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ademais, a adoção do projeto neoliberal gerou as possibilidades reais e concretas para a hegemonia do capital financeiro e a abertura para a livre concorrência e os parques investimentos na indústria avançou para o processo de desindustrialização no país e reprimarização da economia, resultantes das disputas por hegemonia entre as frações da classe dominante nacional e internacional. O desemprego e a precarização laboral são partes inerentes ao novo modelo de acumulação e diz muito sobre os limites das políticas de emprego e renda e das possibilidades no enfrentamento do desemprego, bem como da dimensão ideológica que assumem, posto que mascaram a real e concreta causa do desemprego no país.

Esta divisão organizada pela ideologia da meritocracia restritiva e focalizadora direciona os/as jovens ao mercado, com formação insuficiente, para empregos que exigem conhecimentos técnicos de baixa valorização social e salarial. Assim, promove às juventudes um momento passageiro de condição de aprendizagem e empregabilidade, como estágio de seleção e aquisição de experiência que responda aos interesses do mercado, em que nada garante a permanência formal no mesmo. Essas políticas de “ativação” canalizam a estratificação do segmento etário, pelas formas diversas de inserção ou não inserção, reforçando a lógica da competição e da individualização entre os “preparados” e o “não-preparados” para assumir as responsabilidades próprias da vida adulta, como é o emprego socialmente legitimado.

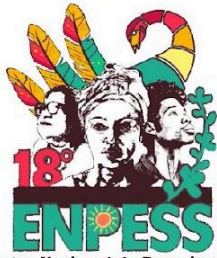
Assim, essa lógica de seleção, em que possuem mecanismo ideológicos de classe, gênero e etnia-raça, também, contribuem para a formação de uma divisão social na educação entre os que seguirão ao ensino superior e os que terão esta moratória social interrompida.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.) **Retratos da juventude brasileira – Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2005. p. 37-72.

BEHRING, E. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Ministério do trabalho e Emprego**: Boletins da Aprendizagem Profissional. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>. Acesso em: mai. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. **Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000, Lei da Aprendizagem Profissional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm. Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452 de 1 de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: mai. 2024.

BRITTO, M. A. **“Ativação” – o atual rumo das políticas social para o trabalho.** IPEA, Nota técnica n. 35, fev. 2008.

CARCANHOLO, M. D. Crise econômica atual: e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**, Marília, v. 3, n. 2, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>. Acesso em: mai. 2021.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução: Iraci D. Poleti. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

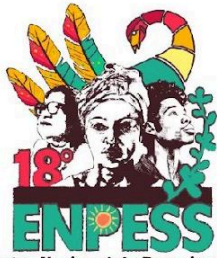
CAVALCANTE, M. A. M. TEIXEIRA, S. M. Juventudes e os retrocessos político-sociais da Nova Direita no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/43600/28180>. Acesso em: jan. de 2024.

DORNELLES, A. E.; PANOZZO, V. M.; REIS, C. N. DOS. Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 81–90, 2016.

IBGE. **Desemprego (2024).** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em jun. 2024.

IBGE (2023a). **Tabela 7442 – Rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano, por grupo de idade.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7442#resultado>. Acesso em jun. 2024.

IBGE (2023b). **Tabela 7444 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 2-14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano, por sexo.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7444#resultado>. Acesso em: jun. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IBGE. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/pt/censo-2022-inicio.html?lang=pt-BR>. Acesso em: mai. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/coleta.html>. Acesso em: mai. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4094#resultado>. Acesso em: mai. 2024.

IBGE (2022). **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (2022).** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1849#resultado>. Acesso em: jun. 2024.

OIT: **Número global de jovens desempregados pode chegar a 73 milhões | As Nações Unidas no Brasil.** Disponível em: https://cc.bingj.com/cache.aspx?q=desemprego+juvenil+oit&d=4817244330135313&mkt=pt-BR&setlang=pt-PT&w=B-h04_JINieOoW4ftshhjEe35azdoN-e. Acesso em: jul. 2024.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/9fsNyxrnbGcRFF9FPGZpFcz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: jul. 2021.

SANDEL, M. J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

TEIXEIRA, S. O.; NEVES, D. Trabalho e Assistência Social no capitalismo dependente: uma análise marxista das chamadas políticas “ativas de mercado de trabalho”. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA R. de L. de. (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 133-164.